

COMUNICA

Dados

Bimestral

CUT
FENADADOS

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no RS
Nº 7 - Julho e Agosto de 2004

SindppdRS
Compromisso. Nas lutas, nas conquistas.



Manifestantes mostraram indignação com governo

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, parou no último dia 16 de junho. A manifestação convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) reuniu cerca de 20 mil pessoas e foi o segundo maior ato contra o governo Lula.

Sindicatos de todo o país estavam presentes, lutando contra as reformas Sindical e Trabalhista. O protesto pretendeu desautorizar publicamente

o acordo feito pelas centrais sindicais com o governo e com os empresários no Fórum Nacional do Trabalho. As negociações entre os três segmentos resultaram na proposta de reforma sindical do governo que aguarda ser encaminhada ao Congresso. A marcha também visava

criticar o modelo econômico implantado pelo governo FHC e aprofundado por Lula. A manifestação foi construída apesar do boicote ativo das direções da CUT e da Força Sindical. O movimento revelou a força das massas, que não se dobraram ao governo Lula e às centrais sindicais. O Sindppd/RS esteve representado pelos seus diretores Luiz Sá, Teresinha Vianna e Paulo Collares, além de Márcia Monteiro, da OLT Serpro.

Os manifestantes percorreram toda a Esplanada dos Ministérios, realizando algumas paradas com o objetivo de protestar contra as políticas atuais. Mesmo sob o forte sol, todos fizeram questão de manifestar a indignação contra o arrocho salarial. Em frente ao Ministério da Fazenda, foi denunciada a política econômica de fome e miséria do governo Lula.



O encerramento da marcha foi realizado em frente ao Ministério da Educação. Estudantes promoveram um apito contra a reforma Universitária, a qual pretende privatizar as universidades públicas.

Valeu de tudo para demonstrar a indignação, desde trajes típicos, um animado forró, até bonecos gigantes. Desta forma, a cultura popular serviu como uma criativa expressão de luta dos trabalhadores. Três palhaços com enormes pernas de pau denunciavam a total falta de graça do salário mínimo de fome, de R\$260, que o governo Lula impôs ao povo brasileiro.

Leia mais sobre o Salário Mínimo na página 2

Termina três anos de gestão no Sindppd/RS

Procergs: falta Empresa assinar acordo

Serpro e Dataprev lutam juntos

5º Fórum do Software livre foi um sucesso

Editorial

Este jornal acontece num momento em que os trabalhadores do Serpro e Dataprev travam uma dura batalha contra o arrocho salarial do governo federal.



Continua também a luta contra a reforma sindical proposta pelo Governo em acordo com Empresários, Cut e Força Sindical. Tal proposta vem para preparar a reforma trabalhista que tentará tirar direitos históricos dos trabalhadores e, exemplo disso, foi a marcha à Brasília em 16 de junho. Aqui no estado, o Governo Rigotto continua atacando os trabalhadores - vide o reajuste zero para os trabalhadores da Educação e outras categorias -. Isso mostra a dificuldade que teremos nas negociações da Procergs em novembro.

Também começamos a assistir ao início da mobilização dos servidores municipais que estão exigindo o retorno da bimestralidade que foi cortada no ano passado.

Este jornal também reflete o final do mandato desta gestão do Sindppd-RS que nestes três anos tem estado a Serviço da organização e mobilização da categoria para avançar nas conquistas salariais e condições de trabalho.

Expediente

O Comunica Dados é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul (Sindppd-RS). Coordenadoria de Divulgação e Imprensa: Cícero Reis Vargas e Cid Silva Soares.

Jornalista Responsável (edição, redação, fotos e diagramação): Simona Arnez - 8158/60/37

Endereço: rua Afonso Pena, 251 – Bairro Azenha.

Cep: 90160-020.

Fone: 3217 3100. Site: www.sindppd-rs.org.br.

E-mail: sindppd@portoweb.com.br.

Tiragem: 1700 exemplares.

RESGATE HISTÓRICO DA CATEGORIA

Mudanças na base do Sindppd/RS

A categoria dos trabalhadores em processamento de dados sofreu profundas mudanças nos últimos cinco anos, principalmente nas empresas estatais. No início da década de 90, existiam no Rio Grande do Sul 4 mil trabalhadores estatais, sendo que destes 75% eram sindicalizados. Os últimos governantes gaúchos e brasileiros promoveram vários Planos de Demissões Voluntárias e privatizações, resultando em diminuição da base do Sindppd/RS. Por exemplo, o Serpro, que tinha quase mil trabalhadores, teve seu quadro reduzido a menos da metade.

Os trabalhadores do Meridional Informática, depois da privatização, passaram a fazer parte do Sindicato dos Bancários, até o momento em que a empresa foi extinta. Os mais de mil trabalhadores do Banrisul Processamento de Dados também passaram por um processo de incorporação ao Banrisul e foram

englobados pelo Sindicato dos Bancários.

A Datamec foi privatizada. Devidos às mudanças de direção e demissões, de quase 200 trabalhadores, sobrou apenas 10% dos funcionários. Estes e outros casos acarretaram na redução da categoria nas empresas estatais. O Sindppd/RS está com menos de 2 mil trabalhadores na base das estatais sendo 930 sindicalizados.

Nas empresas particulares, a exploração e a rotatividade dos trabalhadores é muito grande. Existe muito receio dos trabalhadores privados em aderir ao sindicato e serem demitidos. O Sindppd/RS tem trabalhado pela organização deste segmento.

Apesar das campanhas de adesão, o Sindicato continua tendo dificuldades na sindicalização no setor privado. Este é um quadro que ainda não foi superado e o Sindppd/RS deverá investir no futuro.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Processadores de dados debatem profissão

A comunidade científica vem discutindo a questão da regulamentação da profissão de Informática desde antes da criação da Sociedade Brasileira de Computação em 1978. Já foram encaminhados oito PLs ao Congresso Federal (PL815/1995; PL 2194/1996; PL 981/1999; PL 6639/2002; PL 6640/2002; PL 1746/2003; PL 1561/2003; PL 1947/2003), o mais antigo é de 1995.

Conforme o Regimento da Câmara Federal, projetos de lei relacionados podem ser anexados um ao outro, de forma a tramitar conjuntamente. Alguns PLs estão com tramitação conjunta (detalhes de cada PL podem ser encontrados no endereço www.dcc.ufmg.br/~bigonha/Sbc/plsbc.html).

A discussão em torno da regulamentação da profissão dos trabalhadores em Processamento de Dados é bastante complexa, pois existem vários interesses em disputa. Tanto empresários como os trabalhadores têm interesse diferentes sobre o assunto. Alguns segmentos têm receio de que a regulamentação poderia restringir a ação dos profissionais da área devido a dinamicidade das atividades desenvolvidas pela categoria.

As dúvidas são bastante amplas e o assunto ainda merece ser muito discutido e avaliado. A Fenadados e os Sindicatos de nossa categoria ainda não possuem um posicionamento fechado sobre o assunto.

ECONOMIA

O vexame do Salário Mínimo

A discussão em torno do salário mínimo foi uma das piores expressões políticas dos últimos tempos. O oportunismo estava por todos os lados, e, infelizmente, pouco significava para a maioria dos interessados – os trabalhadores e aposentados que vivem deste salário. O governo não fez o que prometeu. A oposição cobrava hoje uma solução que não deram ao longo dos anos.

Para dar uma idéia do pouco significado que teve o reajuste do mínimo na vida do trabalhador, o incremento de R\$ 20,00 equivale a R\$ 0,66 diários. O aumento é pouco quando comparado com o aumento médio das mensalidades escolares, que em janeiro subiram 12%, e do pão, que teve seu preço elevado entre 10% e 15% em fevereiro.

No Brasil, a elevação do valor do salário mínimo significaria um crescimento da renda de parte das famílias de baixo poder aquisitivo, com impacto direto sobre o nível de atividade econômica, o que ativaria a economia através dos efeitos decorrentes do aumento do consumo. O aumento do mínimo pode gerar, a médio prazo, mais empregos na economia, ao aumentar a demanda por produtos e serviços. Ou seja, uma política consistente de aumento do salário mínimo tende a gerar aumento de consumo de bens, que gera aumento da produção, do

emprego e da arrecadação de impostos. Então, por que o Brasil destina R\$142 bilhões para juros da dívida e não tem dinheiro para pagar um salário digno?

A análise da história do mínimo, desde a criação em 1940 até hoje, revela que seu poder aquisitivo diminuiu muito e equivale, atualmente, a menos de um terço daquele valor.

Segundo a Técnica do Dieese/RS, Daniela Sandi, o Departamento estima todos os meses o valor do salário mínimo necessário para o sustento de uma família de quatro pessoas - dois adultos e duas crianças. Segundo a Constituição de 1988, o salário mínimo deve ser "fixado em Lei, (...) capaz de atender às necessidades vitais básicas [do trabalhador] e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim". Em junho de 2004, esse valor foi de R\$ 1.538,06; ou seja, quase seis vezes o atual salário mínimo.

Vencimentos no Brasil

Rendimentos	Número de pessoas
Até 1 salário mínimo	21.158.222 (31,09%)
De 1 a 2 salários mínimos	20.546.051 (30,20%)
De 2 a 3 salários mínimos	9.617.540 (14,13%)
De 3 a 5 salários mínimos	7.808.539 (11,48%)
De 5 a 10 salários mínimos	5.640.542 (8,29%)
De 10 a 20 salários mínimos	2.223.008 (3,27%)
Mais de 20 salários mínimos	1.050.117 (1,54%)

Fonte: Dieese/RS

BALANÇO DO SINDPPD-RS

Três anos de gestão

O mandato da atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Sindppd/RS) termina em novembro de 2004. São três anos de atuação junto à categoria. O Sindicato, neste período, participou das campanhas salariais, sempre buscando os melhores índices de reposição salarial, se posicionou em relação a questões políticas e econômicas importantes e lutou pelos direitos dos trabalhadores.

2002

O ano de 2002 foi marcado pelo plebiscito contra a Alca e entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos, pela eleição de Lula para presidente do Brasil e pelo Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Em setembro, o Sindppd/RS participou do plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e contra a entrega da Base de Alcântara, MA, ao controle militar dos EUA. Realizado na Semana da Pátria nos 27 estados brasileiros, o plebiscito congregou 10.149.542 votantes. Foram 98% dos votantes que se posicionaram contra a Alca.

Na questão relativa à Base de Alcântara também 98% dos votantes foi contra. A categoria também manifestou sua opinião nas urnas colocadas na Procergs, Serpro e Procempa. Os 637 participantes mostraram em urnas que os trabalhadores em processamento de dados têm a mesma opinião que o resto do país.

A chegada de Lula à presidência do Brasil foi saudada com muitas esperanças e expectativas, entretanto, agora em 2004, podemos



afirmar que este governo deu continuidade às políticas de Fernando Henrique Cardoso: as políticas econômicas e reformas, atacando os direitos dos trabalhadores. A categoria luta bastante em suas

campanhas salariais, mas não tem conseguido avanços significativos, pois a direção nacional do movimento está aliada ao governo.

Neste ano, também foi discutida a idéia de incluir a Procergs na Emenda Constitucional nº 31 (a que trata de necessidade de plebiscito em caso de alienação, transferência, etc.) e foi lançado o Jornal Comunica Dados Bimestral do Sindicato.

A Dataprev teve seu acordo coletivo renovado em agosto, e os salários foram acrescidos em 11% em média. A

Procergs lutou para não mudar de plano de saúde, da Golden Cross para o IPERGS. Com data-base em novembro, os trabalhadores da Procergs conseguiram o INPC integral do período (9,54%) de reposição salarial, além de reajuste de 15,39% para o vale-rancho/alimentação e 6,14% para o vale-creche.

Apesar das preocupações do Sindicato, os trabalhadores da Procempa aceitaram a proposta da direção e tiveram seu reajuste dividido: parte foi paga com salário e outra através da cesta. Foram contemplados os dissídios de 2001/2002 e 2002/2003.

No Serpro as negociações foram muito difíceis. Houve mais de seis meses de atraso e o fechamento do acordo só saiu depois de várias paralisações.



2003

O ano de 2003 iniciou com a movimentação do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O Sindppd/RS, junto com os demais participantes do Fórum, se posicionou contra a Alca, a Guerra do Iraque, as reformas da Previdência, Trabalhista e Sindical. Foram realizados debates para entender melhor os assuntos.

Neste ano também, o Sindicato contestou na Justiça o monitoramento de estações de trabalho no Serpro e as 17 demissões na Procempa. O Movimento Nacional dos Anistiados teve apoio e participação

ativa do Sindppd/RS. As pessoas demitidas pelo governo Collor tiveram seus direitos reconhecidos pelas empresas e, no início de 2004, retornaram ao trabalho.

O Sindppd/RS também ficou do lado dos trabalhadores da Dataprev e do Serpro que se sentiram lesados pela atuação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Fenadados) na sua campanha salarial. Infelizmente, a Federação favoreceu os interesses do governo e aceitou o reajuste de apenas 6%.

Em oposição a esse triste quadro, a Datamec conquistou 12% de reajuste salarial. Após três anos recebendo somente abonos, com o apoio do Sindppd/RS, os trabalhadores da Empresa conseguiram quebrar a lógica da Datamec e foram vitoriosos. Além disso, os 116 funcionários da Procempa aprovaram em dezembro

a proposta da Empresa de 14,83% de reposição salarial.

A campanha salarial das empresas privadas foi bem sucedida. O Sindppd/RS fechou o Acordo Coletivo com os representantes do sindicato patronal: o reajuste sobre os salários foi de 13,72%. No acordo, os pisos salariais também sofreram um reajuste de 16,15%.

Uma campanha pela sindicalização dos trabalhadores em processamento de dados foi lançada pelo Sindicato, visando fortalecer a entidade e mostrar aos trabalhadores



a importância de estarem bem organizados. Foram cerca de 50 inscrições de novos associados.

2004

O terceiro ano de mandato iniciou com grandes lutas. A Campanha Salarial dos trabalhadores da Procergs, iniciada em novembro de 2003, foi retomada com toda a força. Foram dezenas de paralisações, duas passeatas até o Palácio Piratini, visitas coletivas ao gabinete da diretoria da Empresa. Os trabalhadores se reuniram, chegando a escrever uma carta aberta ao governo e a população depois de mais de seis meses de negociações e mobilizações. O resultado foi de vitória. A categoria conseguiu fechar o acordo no final de abril, com 15,08% de índice de reposição.



COMITÊ GESTOR DE INTERNET

Agora a sociedade civil tem representantes no Comitê

O Sindppd/RS participou da escolha dos representantes da Sociedade Civil do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBr). No dia 15 de julho foram homologados os resultados das eleições, que estão no site www.cg.org.br

Esta é a primeira vez em que a sociedade civil participa de um

trabalho destes. O Comitê deve estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e progresso da web no Brasil, propor programas de pesquisa e desenvolvimento relacionados à área, entre outros. O Sindppd/RS foi o primeiro do seu segmento a se inscrever para se qualificar como eleitor.

PROCEMPA

Trabalhadores rejeitaram proposta da Empresa

Os trabalhadores da Procempa, reunidos em Assembléia, em 27 de julho, rejeitaram a proposta da Empresa para o pagamento de ação trabalhista referente ao pagamento de férias. A proposta foi rejeitada

considerando que existe sentença transitada em julgado dando ganho aos trabalhadores e que os valores oferecidos eram, em média, 25% inferiores aos levantados pela perícia contratada pelo Sindppd/RS.

PROCERGS

Acordo Coletivo: Empresa ainda não assinou

No início de julho a comissão de trabalhadores da Procergs revisou o texto e as alterações no acordo coletivo de trabalho/2003. Os originais foram entregues à representação da Empresa, já assinados pela comissão, pelo Sindppd-RS e assessoria jurídica do mesmo.

O direito a restituição do auxílio-farmácia 2003 encerra em 31 de julho de 2004. Já o auxílio-farmácia 2004 será pago em julho e setembro direto no contra-cheque.

A nova Comissão de Trabalhadores da Procergs foi definida no final

do mês de junho. Apenas uma chapa se inscreveu. Ormar Emílio S. da Rosa, Sandra Gonçalves da Fonseca, Kátia Santos de Souza, Miriam Quaresma da Porciuncula, Astor Viola de Almeida, Renato Rodrigues Branco, Paulo Roberto Steinmetz, Érico Buarque Soares, Antônio Guido Ramos Costa, Henrique Lisboa de Carvalho, Fábio Luiz Pinzetta, Irani Zaro, Ricardo Augusto Haas e Adelci Terezinha Santos Schleder compõem a chapa. A eleição ocorreu nos dias 16 e 17 de junho. O resultado saiu dia 22 do mesmo mês.

SOFTWARE LIVRE

5º Fórum: aumentou número de participantes estrangeiros

O 5º Fórum Internacional Software Livre (FISL), realizado de 02 a 05 de junho, em Porto Alegre, RS, teve 4.854 inscritos vindos de 35 países, contra os 20 que participaram no ano passado. Todos os 27 estados brasileiros estiveram representados, somando 380 municípios do país, totalizando 1.014 pessoas. Os debates foram em torno da idéia de que o software livre é uma luta pela liberdade do conhecimento. Em busca disto, o Brasil deu saltos significativos. Para atingi-la, é fundamental envolver o governo, as entidades e toda a comunidade para levar a tecnologia da informação aos países que não têm este acesso.

Foi debatida a liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software. Também foi criticada a arrogância da Microsoft que questiona a comparação entre suas práticas e as utilizadas pelos traficantes de drogas. Fica claro que a Microsoft difunde seus produtos gratuitamente, para, num segundo momento, quando as pessoas estiverem "viciadas", passar a cobrar pelo mesmo produto. Foi relatado como um passo em direção à liberdade, a migração do Governo Federal para o uso do software livre, no lugar do programa proprietário.



5º Fórum Internacional
Software Livre
 A tecnologia que liberta

CAMPANHA SALARIAL

Serpro e Dataprev lutam juntos e denunciam postura da Fenadados

A campanha salarial do Serpro e da Dataprev iniciou em abril. Já foram sete mesas de negociação na Dataprev, e no



Serpro foram dez. Os trabalhadores destas empresas estão unidos e com agenda de mobilizações intensa, a fim de pressionar as Empresas a apresentarem um índice de reposição condizente com o período.

A postura da maioria da Fenadados e de algumas direções sindicais tem sido de barrar a mobilização nacionalmente, favorecendo as Empresas. A Dataprev e o Serpro estão desde

março com a pauta de reivindicações da categoria e propuseram apenas 5,26% de reposição. Tal reajuste não contempla as reivindi-

cações mínimas, que seriam calculadas a partir do Índice do Custo de Vida do Dieese do último ano, mais as perdas da última campanha salarial que não foram repostas (12%), chegando a 16%.

Os trabalhadores da Dataprev fizeram várias paralisações de 24h. A mobilização culminou em julho, com uma parada de 48h e 90% de adesão dos trabalhadores. Os servidores do Serpro têm seguido este caminho.

Manifesto-denúncia dos trabalhadores do Serpro/Porto Alegre

Estamos em campanha salarial desde abril, quando foi entregue a pauta de reivindicações à empresa. Pelo segundo ano consecutivo, a direção do Serpro, seguindo as ordens do governo Federal, vem atuando pesado no sentido de não conceder as perdas salariais da categoria, pois só nos últimos dois anos chegamos a 16,31%, sem contarmos os mais de 50% de perdas no governo FHC. Havia a esperança em todos nós de que com Lula, no mínimo, seriam repostas as perdas salariais do seu governo. Para surpresa dos trabalhadores no ano passado, de uma perda de 18% foi oferecido 6%, e neste ano a oferta é de 5,26%. Enquanto isso a Empresa recebe prêmios por ser considerada a melhor no setor de tecnologia da informação, resultado do trabalho de todo o corpo funcional. Com a saída do Orçamento Geral da União(OGU), o Serpro passou a não ter os limites salariais previstos e com isso em torno de cinquenta funcionários, dentre eles alguns dos altos escalões da empresa, foram agraciados com reajustes salariais automáticos entre 10 e 40%, mas nada disso foi repassado ao conjunto dos trabalhadores.

No ano passado, a Empresa teve um lucro, conforme Sérgio Cangiano, diretor do Serpro, de mais de 11 milhões de reais negociado em nosso acordo coletivo para ser repassado para os trabalhadores como participação nos lucros, mas até agora nada foi pago.

Os trabalhadores ao se sentirem traídos pela postura da empresa foram à luta, mas perceberam que tinham mais um inimigo na trincheira além das direções da empresa. A maioria da direção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Fenadados), que já vinha vacilando na época de FHC, resolveu tomar o partido da direção das Empresas e do Governo negando organizar a mobilização dos trabalhadores nos estados e defendendo

o interesse das empresas nas assembleias e comandos. Mesmo em situação desfavorável, os trabalhadores têm resistido bravamente. Foram organizadas paralisações de duas horas, 24 horas e até 48 horas contra a maioria da Fenadados. Chegaram ao absurdo de construir uma contraproposta em conjunto com a empresa pelas costas dos trabalhadores, usando o lucro do ano passado que já deveria ter sido pago conforme acordo coletivo de 2003, para pagar como abono nesta campanha salarial. Tal proposta teve a aprovação de um colega do Serpro, que é diretor do Sindicato e da federação chamado Renato Guilherme da Costa. Contudo, não devemos esquecer que as traições já começaram no início da campanha, quando esses sindicalistas pró-empresa definiram nacionalmente, que deveríamos pedir como ponto central, somente as perdas do último ano pelo IGV do Dieese, 4,37%, desrespeitando a posição dos trabalhadores de vários estados, inclusive na Regional Porto Alegre que havia deliberado em assembleia por exigir a reposição dos últimos dois anos chegando a 16,31%. Na plenária que definiu esta posição contrária a nossa vontade, o diretor do nosso sindicato Deobrandino Borges, que é da Procempa, votou contra a decisão da assembleia.

Temos a informação que metade das regionais do Serpro rejeitou a proposta da empresa e da maioria da Fenadados, exigindo que seja organizada a mobilização para mudar a proposta, porém temos certeza que estarão manipulando os resultados para nos fazer engolir esta proposta vergonhosa e enganosa. Queremos denunciar a categoria mais esta traição de sindicalistas que deveriam estar defendendo os trabalhadores, mas na verdade estão defendendo o governo, a direção do Serpro e os cargos ganhos pelos seus amigos.